

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

LIDO NA REUNIÃO  
DE 16, 06, 87

CORRESPONDÊNCIA

Recebida em

16, 06, 87

às 19:40 horas

Evandro

Mensagem nº 017/87, de 16.06.87.

Exmo Sr.  
José Januário Carneiro Neto  
DD. Presidente da  
Câmara Municipal de Ubá  
NESTA

A  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Em 16, 06, 87

Presidente da Câmara

com cópia a todos os Edis.

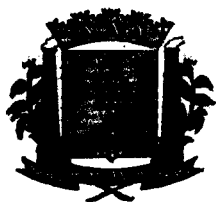
Senhor Presidente:

Temos hoje a subida honra de colocar à apreciação e votação dessa egrégia Câmara, através de V.Exª, o incluso Projeto de Lei que **autoriza o Executivo Municipal a assinar Convênio com a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, abre Crédito Especial e dá outras providências**, tendo em vista concorrer com a nossa parcela, em forma de auxílio-moradia, para o pagamento de aluguéis de cada Juiz de Direito e Promotor de Justiça desta Comarca, como ilustres representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, que tanto respeitamos e admiramos.

Para tanto, embasamo-nos nos dispositivos do art. 23, § 2º, Seção II, Capítulo I, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72, que delega competência ao Município para estabelecer, através de Convênios, uma cooperação com o Estado ou com a União, com vistas a alugar imóveis destinados a residências de Juizes e Promotores de Justiça, eis que, assim o fazendo, o Município ratifica, mais ainda, o relevante interesse que sempre demonstrou para com o Poder Judiciário e o Ministério Público, incansáveis no seu trabalho em prol do desenvolvimento local, integral e abrangente.

Outrossim, queremos afirmar a essa magnânima Edilidade o nosso inteiro apoio ao colendo Poder Judiciário e ao pujante Ministério Público de nossa Comarca, salientando-lhe ainda que - embora atravessando uma difícil fase de captação de recursos, em razão da crise econômica-financeira que assola o nosso país, e, por consequência, vem refletindo substancialmente na limitação de nosso Orçamento no exercício vigente - procedemos a acurados estudos e envidamos os melhores esforços para, tão rapidamente quanto possível, encaminhar a essa Casa a presente matéria, que sabemos irá, dentro de nossas disponibilidades, senão assumir "in totum", pelo menos minorar as despesas com aluguéis pagos por Juizes e Promotores a serviço de nosso Município, desde que, é claro, não possuam imóvel residencial próprio e permaneçam na titularidade e em pleno exercício de seus cargos.

Por outro lado, temos certeza de que os ilustres membros da Edilidade Ubaense não deixarão também de apoiar tal medida, em aprovando o inferido Projeto de Lei, com seu integrante Convênio, face ao



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

mérito que encerra, porque todos nós sabemos o quanto labutam e se dedicam os nossos Magistrados e os Representantes do Ministério Público, estafantemente e além dos horários normais exigidos por suas respectivas funções, em favor da aplicação de uma sã justiça e do célere andamento das inúmeras causas que antes e sempre lhes chegam às mãos, oriundas desta Comarca e mesmo das mais diversas partes.

Assim também é que, como jamais deixamos de atender até agora aos apelos do Judiciário e do Ministério Público, tanto quanto nos foi possível, sempre contribuindo com a nossa humilde parcela municipal para o condigno exercício de seu denodado trabalho, e levando em consideração que esse é um antigo anseio não só do Judiciário, como do Executivo e Legislativo, coesos, interligados e harmônicos entre si, embora independentes e soberanos, estamos convictos de que este instrumento encontrará a melhor guarida de todos os nobres Edis que compõem essa Casa, em aprovando-o com a brevidade que carece e merece, pelo que solicitamos a V.Ex<sup>a</sup> conceder-lhe tramitação em **regime de urgência**, com fulcro no disposto pelo art. 59, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72.

No ensejo, cêncios de seu real aquilatamento e costumeira compreensão ao ora exposto, reiteramos ao digno Presidente e aos seus demais pares, com antecipados agradecimentos, o testemunho de nosso sincero respeito, elevado apreço, sadia amizade e distinta consideração.

Cordialmente,



**JOSÉ BIGONHA GAZOLLA**  
Prefeito Municipal

/dg



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 23/87, de 16.06.87.  
(Ref.: Mensagem nº 017/87, de 16.06.87).

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, com vigência a partir de 01.07.87 a 31.12.87, tendo em vista concorrer com a importância mensal de Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados), como auxílio-moradia para pagamento de aluguel de cada Juiz de Direito e Promotor de Justiça desta Comarca, com fulcro no art. 23, § 2º, Seção II, Capítulo I, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72.

**Art. 2º** - O auxílio-moradia, de que trata o artigo anterior, somente será repassado pela Municipalidade para pagamento de aluguel de Juizes e Promotores que, efetivamente militando nesta Comarca, não possuem imóvel residencial próprio.

**Art. 3º** - O Convênio a que se refere o art. 1º, com todas as suas cláusulas e condições, passa a fazer parte integrante desta Lei, como consequência dela.

**Art. 4º** - Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial de até Cz\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzados), em obediência aos recursos dispostos no art. 43, § 1º, itens I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.87.

**Art. 5º** - A concessão do auxílio-moradia para pagamento de aluguel de cada Juiz e Promotor desta Comarca relativa ao exercício vindouro, nas formas dos artigos 1º e 2º desta Lei, será objeto de novo Convênio entre o Município e a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, oportunamente, cujas despesas dele decorrentes serão consignadas na Proposta Orçamentária do Município para o Exercício Financeiro de 1988.

**Art. 6º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagidos os seus efeitos a 1º de julho de 1987.

Ubá, MG, 16 de junho de 1987.

  
JOSÉ BIGONHA GAZOLLA  
Prefeito Municipal



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO Nº        /87, de        .        .87.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ E O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, MG, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº ....., de ....., neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Prof. José Bigonha Gazolla, e o ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA, neste ato representada pelo seu titular, Deputado Estadual Geraldo da Costa Pereira, visando facilitar as condições de moradia de Juizes de Direito e Promotores da Comarca de Ubá, MG, resolvem firmar o presente Convênio de cooperação, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Este Convênio tem por finalidade garantir um auxílio-moradia mensal, pela PREFEITURA, para pagamento de aluguéis de cada Juiz de Direito e Promotor de Justiça da Comarca de Ubá, MG, durante o período em que permanecerem na titularidade e em pleno exercício de seus cargos.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O auxílio-moradia mensal, de que trata a Cláusula Primeira deste Convênio, somente será repassado pela PREFEITURA para pagamento de aluguéis de Juizes e Promotores que, efetivamente militando nesta Comarca de Ubá, não possuírem imóvel residencial próprio.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Para efetivação do objeto deste instrumento, a PREFEITURA se obriga a responsabilizar-se por um auxílio-moradia, no valor de Cz\$. 10.000,00 (dez mil cruzados), para cada um dos titulares do Poder Judiciário e do Ministério Público da Comarca de Ubá, na forma da Cláusula Segunda do presente Convênio.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O presente Convênio vigorará, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de 06 (seis) meses, ou seja, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 1987, podendo ser rescindido a qualquer tempo, desde que denunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Após o término deste Convênio, a concessão do auxílio-moradia mensal, estipulado para pagamento de aluguéis de cada Juiz e Promotor da Comarca de Ubá, será objeto de novo instrumento entre as partes convenientes, à época, se assim lhes convier, e as despesas dele decorrentes serão consignadas na Proposta Orçamentária do Município de Ubá para o Exercício Financeiro de 1988.



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

**CLÁUSULA SEXTA:**

As despesas com o auxílio-moradia mensal para o pagamento de alugueis, a que se refere a cláusula Terceira deste Convênio, no período estabelecido na Cláusula Quarta do mesmo instrumento, serão cobertas com os recursos provenientes da abertura do Crédito Especial ' autorizado ao Executivo pelo Legislativo Ubaense, constante da mencionada Lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

Fica fazendo parte integrante deste Convênio a Lei Municipal nº ....., de .....de.....de 1987.

**CLÁUSULA OITAVA:**

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, MG, para dirimir quaisquer dúvidas e omissões porventura decorrentes deste Convênio.

E, por estarem assim justas e conveniadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Belo Horizonte, MG, .....

p/PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Prof. José Bigonha Gazolla  
Prefeito Municipal

p/SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA  
Deputado Estadual Geraldo da Costa Pereira  
Secretário de Estado do Interior  
e Justiça

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_